



[boletim imprimivel](#) | [assinatura de graça](#) | [Números anteriores](#)

disponível em [Francês](#), [Espanhol](#) e [Inglês](#)

## MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS

**Número 189 - Abril 2013**

### NOSSA OPINIÃO

- **A Concentração de Terras e a importância das palavras**

### OS TENTÁCULOS DA CONCENTRAÇÃO DE TERRAS

- **Territorialidade versus concentração de terras**  
*Na resistência à concentração de terras, a territorialidade dos povos se transforma em bandeira.*

### MONOCULTIVOS DE ÁRVORES

- **Uganda: Promoção da agricultura de monocultivos – uma desgraça para a espécie humana e o meio ambiente**  
*Projetos de plantação de árvores nos distritos de Kalangala e Kyankwanzi desalojam e afetam as vidas de comunidades indígenas.*
- **A apropriação de terras para o dendê nas Filipinas**  
*As plantações de dendê se expandiram 160% em um período de quatro anos, prejudicando e marginalizando comunidades indígenas e contribuindo para uma perda imensa de biodiversidade.*

### CERTIFICAÇÃO

- **FSC: Concentração de terras certificada**  
*A certificação de plantações industriais de árvores por parte do FSC é um instrumento de legitimação do modelo de monocultivos em grande escala, o qual, por sua vez, acarreta um processo de concentração de terras.*

### PETRÓLEO

- **Concentração de terras para o petróleo: a realidade crua da perfuração de petróleo no Delta do Níger**  
*Os Ogoni do Delta do Níger viram desaparecer seus territórios, terras tradicionais, manguezais férteis e sistemas fluviais devido às atividades das empresas petrolíferas que assolam a região há décadas.*

### REDD

- **Brasil: Carta Pública do Acre/Brasil denuncia “consulta” sobre REDD+ na Califórnia**  
*Carta pública mostra que a imagem “verde” do Acre no mundo, relacionada à forma de levar adiante o REDD+ em áreas de floresta tropical – a partir, inclusive, da imagem e dos ideais de Chico Mendes – não corresponde à realidade, e sim o contrário.*
- **Violação do direito de ser consultado abre caminho para mais concentração de terras como**

## consequência do REDD

No Panamá, os projetos de REDD não oferecem garantias de uma participação plena e efetiva dos povos indígenas, enquanto, em Honduras, as comunidades indígenas temem que o REDD+ se converta em “um saque dos territórios dos povos indígenas”.

## BRICS

- **BRICS, desenvolvimento e concentração de terras**

A recente proposta do grupo BRICS fortalece as agendas neoliberais e promove a concentração de terras.

## BANCO MUNDIAL

- **O Banco Mundial e a concentração de terras**

Em um cenário mundial de crescente privatização e concentração da riqueza, os programas do Banco Mundial provocaram perda de terras para numerosas comunidades vulneráveis, às vezes reforçando a titulação privada e individual, em detrimento das demandas coletivas de reconhecimento do território.

## ÁRVORES TRANSGÊNICOS

- **Plantações de eucalipto transgênico ameaçam comunidades e florestas em todo o mundo**

A demanda crescente pela “bioenergia” já está impulsionando uma imensa concentração global de terras à medida que as comunidades são expulsas de suas terras para dar lugar a plantações de dendê e outras monoculturas. Acrescentando-se plantações de eucalipto transgênico para fazer bioenergia à base de madeira, essa concentração só irá se intensificar, ameaçando algumas das últimas florestas e comunidades dependentes da floresta.

## POVOS EM AÇÃO

- **Rede por uma África livre é lançada no Fórum Social Mundial**
- **Planos de conversão de carvão para queimar biomassa só substituem um desastre por outro**
- **Repressão e morte por resistência à mineração na Guatemala**
- **Plantações de dendê e cana-de-açúcar “tomaram” um rio na Guatemala**
- **Amazônia: ofensiva militar sobre território do Povo Munduruku para construção de megarrepresa**

## RECOMENDADOS

- **“‘Quick-fix’ development gives away more than it gets back”**
- **“Special Focus: REDD+”**
- **“EJOLT Environmental Justice Project updates”**
- **“Land concentration, land grabbing and people’s struggles in Europe”**

## NOSSA OPINIÃO

### - A Concentração de Terras e a importância das palavras

Para vários povos indígenas, a palavra costuma ser chamada de sagrada, é algo que precisa ser usado com o devido cuidado. Mas no mundo digitalizado, acelerado e globalizado, tem pouco de sagrado; usa-

se todo tipo de palavra, geralmente sem que alguém se dê conta do significado daquilo que acabou de pronunciar ou digitar. Talvez, muitas vezes sem querer, acabemos reforçando ideias e valores implicados nas palavras que usamos.

Mas quem promove a economia globalizada de mercado, como as grandes corporações, que querem continuar crescendo sem limite e têm nos levado a tantos problemas graves, costuma pensar bem sobre os nomes que quer dar às coisas.

Por exemplo, para elas, pisamos todo dia sobre algo chamado de terra ou propriedade, que, na visão delas, serve basicamente para produzir ou para render lucros e é onde se podem encontrar os “recursos naturais”, como minerais, petróleo, água, etc. que estão a nossa disposição para ser explorados.

No entanto, os povos dos diferentes lugares costumam falar em território, se referindo a ele como se fosse sua “casa”, um lugar que protege, que dá segurança para poder produzir os alimentos, remédios, utensílios, garantir a vida espiritual. Enquanto a terra está sendo cada vez mais individualizada, privatizada e mercantilizada, o território não se vende porque é um espaço coletivo, para todas e todos.

Para aumentar a renda da terra e a propriedade, tudo é permitido na economia globalizada. Pratica-se, sobretudo no Sul global, a concentração de terras para maximizar os lucros. Florestas são reduzidas apenas a um conjunto de árvores, segundo a FAO, e preferencialmente plantadas em grandes monoculturas, geneticamente modificadas para se criar “superárvores” onde uma certa característica é modificada para dominar outras, sem preocupação com as ainda desconhecidas consequências colaterais disso.

Para a economia globalizada, povos em toda sua diversidade não existem, o que há são consumidores iguais, ao mesmo tempo em que há mão de obra, de preferência terceirizada e barata. Para essa economia, não existem diferentes culturas e identidades, mas apenas mercados cujo objetivo é crescer e criar cada vez mais mercados e oportunidades de lucro.

Para esta economia, energia significa eletricidade, e não se consideram outras formas e significados de energia para populações tradicionais, talvez muito mais preparadas e indicadas para enfrentar nosso futuro inseguro. Mas a economia globalizada busca centralizar e concentrar, não só as terras, mas também a visão que se cria sobre energia, com poderosas multinacionais por trás disso, privilegiando uma matriz energética baseada em algumas poucas opções, sendo que a oportunidade de lucro é algo fundamental nessa escolha, por exemplo, usando o petróleo, sem se preocupar novamente com as consequências.

A economia globalizada não fala em natureza, nos seus mistérios e sua importância para o modo de vida construído junto a ela por milhões de pessoas que também se sentem parte dela. Mas a economia globalizada fala em “serviços ambientais”, que precisam ser apropriados e garantidos, até porque assim podem servir como “direitos” para continuar poluindo em outros lugares. Podem até ser negociados em mercados financeiros com o argumento de que o ser humano é sempre destrutivo. As populações percebem as consequências desta precificação da natureza, sofrendo restrições onde surgem as vendas dos “serviços”; elas são, de certa forma, “punidas” por ter conservado aquilo.

A luta contra a concentração de terras e os outros malefícios da economia globalizada é também uma luta contra uma imposição sutil de novas palavras e conceitos, para incentivar novos costumes, ideias e valores. Por isso, é importante não só frear a concentração de terras e seus muitos tentáculos, tema deste boletim, mas também frear o processo de concentração e dominação das palavras impostas pela economia globalizada, que desconsidera importantes valores e ideais que os povos do mundo têm construído ao longo de muitos anos e agora estão sendo desconstruídos rapidamente.

Mas o povo luta como pode, resiste porque quer viver em liberdade, não só nos seus territórios e com a natureza, mas inclusive para poder usar suas palavras para tudo aquilo que dá sentido à vida.

Início

---

## OS TENTÁCULOS DA CONCENTRAÇÃO DE TERRAS

### - Territorialidade versus concentração de terras

Segundo vários dicionários, concentração é a acumulação de um bem em quantidade maior do que o necessário para cobrir as necessidades comuns, em prejuízo dos outros, e com fins lucrativos ou pelo afã de possuir.

Vinculada à terra, a concentração ocorreu ao longo da história, levada a cabo por atores poderosos: desde os faraós no Egito até as atuais transnacionais do agronegócio, passando pelos aristocratas com poder político da antiga Grécia, famílias com status senatorial do Império Romano, senhores feudais da Europa, China, Japão, Índia, a Igreja Católica como instituição, os colonizadores da América e da África, para citar alguns. Em todos os casos, em algum ponto, esse processo de apropriação foi violento e ocorreu em detrimento do significado comunitário e identitário que a terra e o território têm para comunidades e povos e que, no caso dos povos indígenas, definem a terra e o território como “o sagrado”.

Em nossos boletins, já havíamos abordado o tema da concentração de terras, e no boletim 177 do WRM, falamos de concentração não apenas da terra, mas também da água e do ar – à que chamamos de “concentração do planeta”. Dizíamos que o atual processo de concentração de terras tem a característica de que os principais atores provêm do mundo financeiro. O planeta está se convertendo cada vez mais em um grande mercado no qual se pode investir e especular. Tudo o que a natureza oferece, tangível ou intangível, converte-se em ativos comerciais; os investimentos se movem de uma região a outra com celeridade, para levar adiante projetos de plantações em grande escala para exportação (de árvores, leguminosas, grãos), mineração, turismo, construção de represas, etc. Essas atividades geralmente se realizam em países do Sul, em ritmos cada vez mais velozes e em dimensões cada vez maiores.

Como bem define a organização GRAIN ao se referir ao processo de concentração de terras (1), a aquisição de terras pode assumir a forma tanto de arrendamento quanto de concessão ou compra direta e, no caso da concentração de terras agrárias, implicou um aprofundamento da “financeirização” da agricultura, pela qual poderosos atores financeiros e econômicos estão aumentando seu controle sobre os recursos naturais, desalojando e destruindo o campesinato e outras comunidades rurais. A GRAIN apresenta cifras – do Banco Mundial – sobre a concentração de terras com destino à produção de alimentos para exportação: foram arrendados ou vendidos 56 milhões de hectares em 2008 e 2009, ao passo que o Projeto *Land Matrix* os situa em 227 milhões até 2012.

Nesta espiral concentradora, os fundos financeiros adquiriram um protagonismo crescente, assim como os fundos de pensões, os fundos soberanos ou de propriedade estatal, os fundos de capitais privados e os fundos de cobertura. Segundo a GRAIN, dos cerca de 100 bilhões de dólares que os fundos de pensão investem em mercadorias de exportação, entre 5 e 15 bilhões se destinam à aquisição de terras de cultivo, e se calcula que essas cifras duplicarão até 2015. (2) Por sua vez, vários países apostam muito no apoio e na promoção dos negócios e, como em outros processos, nesse aprofundamento, os

organismos multilaterais são a alavanca facilitadora dos contratos (ver artigo sobre o Banco Mundial, neste boletim).

Frente a esta investida do capital, que deixa de fora os mais despossuídos, as comunidades locais, os grupos más vulneráveis, que esvazia os significados que dão conteúdo e identidade, levanta-se o conceito de território, o qual contém outros valores que transcendem o mercado e abarcam uma dimensão mais profunda, diversa e rica da vida humana e social. Nessa mesma linha conceitual, fala-se de “territorialidade”. Jean Robert, em seu artigo “Guerra à subsistência. Crise econômica e territorialidade”, (3) dá a ela um sentido que transcende a clássica reivindicação pela terra para abarcar “um território com sua água, suas florestas ou suas matas, com seus horizontes, sua percepção do ‘nosso’ e do ‘outro’, ou seja, de seus limites, mas também com as marcas de seus mortos, suas tradições e seu sentido do que é a vida boa, com suas festas, sua maneira de falar, suas línguas e suas gingas, até suas maneiras de caminhar. Sua cosmovisão”.

O avanço da apropriação impõe suas próprias regras, negando os direitos de quem pode contar as histórias de seus territórios como uma mostra de sua verdadeira titularidade. “Se esta é a tua terra, onde estão as tuas histórias?”, disse um indígena do povo Gits’kan, na Columbia Britânica, Canadá, a um representante do governo durante um árduo processo judicial para conseguir a demarcação de seus próprios territórios. A concentração de terras não apenas carece de histórias dessas terras para contar, mas também as destrói. É o negócio puro e duro, onde ganham os mais poderosos e sempre perdem os mais vulneráveis.

Como expressamos, a concentração se apresenta de muitas formas; a ocupação de vastas extensões pelo agronegócio tem sido o fenômeno mais chamativo destes últimos anos, mas também seguem sendo destruídas enormes superfícies para a exploração danosa do petróleo ou para abrir grandes minas a céu aberto, inundam-se ecossistemas para permitir a instalação de megarepresas, perdem-se florestas de mangues para criar fazendas de camarão e se estabelecem “desertos verdes” de monocultivos de árvores.

E não apenas destruindo. Há uma forma mais sutil e perversa de apropriação, que chega com um bom disfarce de conservacionismo: os projetos de REDD são também uma forma de concentração dos territórios, na medida em que despojam as comunidades de seu habitat, de seus meios de subsistência e, no longo prazo, de sua identidade.

Na resistência à concentração, a territorialidade dos povos se transforma em bandeira, em uma luta contra o materialismo descarnado que costuma ser acompanhado de violência e destituição, em uma luta de conteúdos e significados, na busca do coletivo e da solidariedade.

Artigo baseado em:

(1) “El acaparamiento de la tierra agraria: otra amenaza para la soberanía alimentaria”, GRAIN, <http://revistasoberaniaalimentaria.wordpress.com/2011/01/29/el-acaparamiento-de-la-tierra-agraria-otra-amenaza-para-la-soberania-alimentaria/>

(2) “Pension Funds: Key Players in the Global Farmland Grab”, GRAIN, junho de 2011, <http://www.grain.org/es/article/entries/4289-fondos-de-pensiones-actores-claves-en-el-acaparamiento-mundial-de-tierras-agricolas>.

(3) “Guerra a la subsistencia. Crisis económica y territorialidad”, Jean Robert, Fobomade, <http://www.fobomade.org.bo/art-2010>

---

## MONOCULTIVOS DE ÁRVORES

### **- Uganda: Promoção da agricultura de monocultivos – uma desgraça para a espécie humana e o meio ambiente**

Uganda, como qualquer outro país africano, está participando da onda de promoção de plantações de monocultivos, sob o pretexto da criação de renda e outros benefícios para seus habitantes, destruindo uma grande quantidade de recursos naturais, incluindo florestas, pântanos e encostas de morro. Nos últimos dez anos, milhares de hectares de florestas foram destruídos e substituídos por monoculturas.

Mas Uganda demonstra, ao mesmo tempo, um compromisso internacional com a proteção das florestas e a redução do desmatamento, como um dos países da África que participam do REDD+. Já entregou sua Proposta de Preparação de Prontidão (R-PP) ser aprovada na 9ª reunião do comitê de participantes da Parceria para o Carbono Florestal (FCPF) do Banco Mundial, com base na situação da floresta de Uganda e seus benefícios para comunidades dependentes de florestas e proprietários florestais, o país receberá 3,4 milhões de dólares para preparar uma estratégia de REDD+, um cenário de referência e um sistema de avaliação, relatório e verificação (MRV).

No entanto, esse compromisso é contraditório com a atual expansão das plantações monocultoras no país. Um exemplo aconteceu quando, em agosto de 2011, o governo decidiu usar a falta de açúcar no país como desculpa para propor a doação de 7.100 hectares de florestas à MEHTA, proprietária da *Sugar Corporation of Uganda* (SCOUL), para que esta expandisse sua plantação de açúcar. As pessoas resistiram, incluindo a mídia, os líderes locais e também organizações da sociedade civil, enquanto a comunidade internacional também foi informada, amplificando as vozes dos ugandenses e forçando o governo a suspender a doação da floresta.

Um país como Uganda, que é signatário de várias convenções, como CBD e Ramsar (sobre a questão dos ecossistemas úmidos), não deveria ter cogitado trocar a floresta por ganhos econômicos de curto prazo, de valor reduzido, em detrimento do meio ambiente e das pessoas, sem uma avaliação adequada dos papéis vitais da floresta e também sem entender as várias causas subjacentes que levam a falhas dentro das indústrias de processamento de açúcar. É interessante notar que o atual maquinário usado para extrair açúcar da cana está desatualizado. Ele data da década de 1960, o que significa que sua eficiência decaiu. Em outras palavras, a produção de açúcar poderia ser aumentada através da melhoria da tecnologia, em vez de se converterem mais terras florestais em terras aráveis para mais monoculturas. E, apesar do compromisso de Uganda em frear o desmatamento, projetos como este incentivam o desmatamento e a degradação florestal.

Na mesma linha, o governo de Uganda está promovendo plantações de dendezeiros em Kalangala, financiadas por uma série de instituições financeiras como o IFAD/Banco Mundial e empresas de dendê, como Wilmar e outras. Foi registrado um grande número de contradições e violações, incluindo o desrespeito à convenção CBD, com a destruição de grande quantidade de flora e fauna. Mais uma vez, o governo tem dois pesos e duas medidas na promoção do dendê à custa de florestas naturais, e do REDD+, supostamente para a conservação das florestas. Cerca de 10 mil hectares de terra foram plantados com dendezeiros. A população de Kalangala foi privada de seus direitos a água limpa e um ambiente sadio, exposta a impactos culturais, seus meios de subsistência foram comprometidos, e ela enfrenta insegurança alimentar – para mencionar apenas alguns problemas.

Outro exemplo de projeto de plantação com impactos sobre as comunidades locais está na floresta de Kikonda, no distrito de Kyankwanzi, onde a empresa Global Woods, com sede na África do Sul, estabeleceu uma plantação de pinus em 2002, desalojando comunidades indígenas que usavam a reserva florestal para a agricultura. Os impactos dessa ação ainda são sentidos hoje.

Iniciativas de REDD, como é o caso do desenvolvimento de plantações, também têm causado impactos sobre populações locais que dependem da floresta em Uganda. Por exemplo, devido a um programa de REDD, o governo expulsou os grupos indígenas. Os pigmeus da floresta Semliki vivem em áreas florestais desde tempos imemoriais, mas a Autoridade para a Vida Selvagem em Uganda (UWA) – em estreita colaboração com a Autoridade Florestal Nacional – despejou-os como se fossem invasores.

Uganda precisa desenvolver um mecanismo que regule o desenvolvimento das plantações de tal forma que não substitua as florestas naturais existentes e os direitos das populações locais. Qualquer desenvolvimento significativo deve colocar as pessoas no centro e incluir aspectos sociais. Além disso, o caso de Uganda revela que é necessária uma estratégia comum para que a destruição da floresta seja realmente interrompida e os projetos de desenvolvimento, como as plantações, não tenham impactos negativos sobre as populações e o meio ambiente, mas sejam estabelecidos de forma que possam beneficiar as pessoas. Essa concepção de projeto só pode acontecer se as pessoas forem significativamente envolvidas e puderem dar ou não o seu consentimento aos planos de desenvolvimento com grandes impactos sobre seus meios de subsistência.

David Kureeba, National Association of Professional Environmentalists (NAPE), F@B Friends of the Earth Uganda, e-mail: kureebamd@yahoo.com

Início

---

## - A apropriação de terras para o dendê nas Filipinas

A rede indígena ALDAW, das Filipinas (*Ancestral Land/Domain Watch*) está profundamente preocupada com as conclusões de um estudo recente realizado no sul da província de Palawan. A pesquisa mostra que os projetos de dendê estão empobrecendo as comunidades indígenas locais, enquanto destroem ambientes biologicamente diversos. O estudo de caso da ALDAW, "***The Palawan Oil Palm Geotagged Report 2013. The Environmental and Social Impact of Oil Palm Expansion on Palawan Unesco Man & Biosphere Reserve (The Philippines)***", pode ser acessado em <http://www.regenwald.org/files/pdf/The-Palawan-Geotagged-Oil-Palm-Report-Part-1.pdf> e <http://www.regenwald.org/files/pdf/The-Palawan-Oil-Palm-Geotagged-Report-Part-2.pdf>

Abaixo, um resumo das conclusões do relatório que são mais relevantes para a dimensão da expansão do dendê relacionada ao fenômeno da concentração de terras.

### *A contínua expansão das plantações industriais de dendezeiros*

Desde a época do ex-ditador Ferdinand Marcos até a atual presidência de Benigno Aquino III, um discurso retórico sobre os benefícios potenciais do dendê (como erradicação da pobreza e maior independência econômica em relação ao petróleo importado) tem ditado os rumos.

Os sistemas de plantio foram implementados principalmente através das iniciativas de investidores privados (proprietários e diretores de moinhos/processadores de dendê e produtores/plantadores de

dendê) e com apoio de órgãos governamentais, como o Departamento de Reforma Agrária (DAR, na sigla em inglês), o Departamento de Agricultura (DA), o Departamento de Comércio e Indústria (DTI), e também das chamadas unidades governamentais locais.

A partir dos dados fornecidos pelo Conselho Filipino para o Desenvolvimento do Dendê (PPODC) para 2009, um total de 46.608 hectares já foi plantado com dendezeiros, refletindo um aumento de 160% em um período de apenas quatro anos.

Nas Filipinas, as empresas de dendê têm dificuldade para adquirir grandes extensões de terras para conversão em plantações. Na verdade, como resultado da Lei Geral de Reforma Agrária (CARL), aprovada em 10 de junho de 1988, a terra era distribuída a um grande número de agricultores – individualmente ou formando cooperativas ou associações – com o propósito de melhorar a justiça social, e o acesso à terra visava a promover a qualidade de vida dos agricultores sem-terra. Isso, por sua vez, deveria ter impulsionado a produção agrícola em terras privadas e públicas.

#### *O aspecto da concentração de terras na indústria do dendê*

Hoje, nas áreas onde extensões de terras são de propriedade individual por meio de um Certificado de Concessão de Propriedade da Terra (CLO), as empresas de dendê estão tentando reunir terras fragmentadas e agricultores individuais em cooperativas de dendê, com as quais as próprias empresas entram em diferentes tipos de acordos.

O Plano Filipino de Desenvolvimento do Dendê também afirma que a área potencialmente disponível para a atividade em todo o país inclui cerca de 304.000 hectares de terras ociosas e subaproveitadas. No entanto, a maior parte da chamada terra “ociosa” e “subaproveitada” inclui áreas que são usadas por populações rurais e indígenas para diferentes fins (coleta de produtos florestais não madeireiros, plantas medicinais, cultivo em sistema de coivara, etc.) Essas áreas também incorporam rios que fornecem água potável para as famílias rurais.

Além da alarmante expansão da mineração de níquel na província de Palawan, povos indígenas e agricultores de terras baixas estão agora diante de ameaças representadas pela indústria do dendê.

Em Palawan, projetos em pelo menos 15.000 hectares, dos 20.000 visados para o dendê, estão sendo desenvolvidos por três empresas: Agusan Plantations Group, Palawan Palm, Vegetable Oil Mills Inc. (PPVOMI) (cujas propriedades são 60% cingapurense e 40% filipina) e a empresa do mesmo grupo, Agumil Philippines Inc. (AGPI).

Faltam registros públicos que mostrem os processos e procedimentos que levam à emissão de licenças para conversão de terras e licenças ambientais a empresas de dendê em Palawan. A avaliação de campo da ALDAW revelou que os procedimentos de aquisição de terras e a limpeza de terrenos por parte de empresas de dendê têm desfavorecido e marginalizado comunidades indígenas de terras baixas, enquanto contribuem muito para a perda da biodiversidade.

A maioria dos membros das comunidades indígenas que têm partes de suas terras “alugadas” para as empresas de dendê não tem a compreensão clara da natureza desses “acordos” nem possuem contratos escritos assinados pelas empresas. Não só os direitos dos povos indígenas parecem ter sido violados em vários níveis, mas também os dos plantadores contratados. A capacidade dos agricultores para lidar com escassez de alimentos e quebra de safra é posta em risco, uma vez que eles não têm permissão para consorciar outras plantas comestíveis dentro das plantações sem a permissão da empresa; além disso, tampouco lhes é permitido consorciar arroz irrigado.



Os produtores que estão plantando dendê para a AGPI são particularmente vulneráveis, uma vez que a gestão de suas terras em regime de dendê pode ser entregue à empresa se ela não estiver satisfeita com a maneira em que a terra está sendo manejada.

É preciso fazer investigações mais detalhadas sobre a natureza ambígua dos “acordos de aluguel” e “arrendamentos de terras” que levam à conversão de terras ancestrais indígenas em plantações de dendê. Esses arrendamentos duram cerca de 20 a 25 anos (equivalente ao tempo de vida produtivo do dendê). Outras desvantagens ocultas são que, no final do arrendamento, os ocupantes tradicionais locais, indígenas e agricultores, talvez fiquem com dendezeiros velhos e moribundos em seus campos, os quais, depois de anos de uso intensivo de fertilizantes e pesticidas, terão pouca utilidade para culturas alimentares. Solos altamente empobrecidos serão inadequados para as atividades agrícolas tradicionais, e qualquer tentativa de trazer os nutrientes de volta vai exigir intervenções muito caras, que o governo provavelmente não patrocinará.

No município de Española, várias famílias indígenas já venderam suas terras por um preço muito baixo, diante dos ganhos econômicos rápidos. Isso, por sua vez, forçou outras famílias a vender as terras, ao se verem cercadas por plantações de dendezeiros.

Evidências oriundas de outras províncias indicam que partes das plantações de dendezeiros já existentes estão sobrepostas ao domínio ancestral dos povos indígenas (por exemplo, em Bukidnon, Sultan Kudarat, Augusan, Cotabato). Se uma empresa pretende realizar suas atividades nessas áreas, deve primeiro obter o consentimento da comunidade, através de processos adequados de Consentimento livre, prévio e informado (CLIP).

Como descobriu a equipe da ALDAW, as empresas de dendê têm recorrido a estratégias ilegais para obter acesso à terra. Em vários casos, de acordo com informantes indígenas, a comunidade recebeu apenas informações parciais ou falsas sobre os verdadeiros planos e metas da empresa. Como não havia mais informação, várias comunidades não se opuseram inicialmente às plantações de dendezeiros. Por exemplo, um representante indígena de Maasin (em Brooke's Point), disse à ALDAW que, de acordo com seu próprio entendimento, a empresa só iria usar uma área limitada de terra para a construção de um viveiro. A seguir, surpreendeu-se ao descobrir que, além do viveiro, uma área muito maior seria usada para plantações de dendezeiros. Na verdade, a terra convertida em plantações de dendê faz parte do território ancestral das comunidades de Maasin, nas planícies de Palawan.

A fim de expandir suas plantações de dendezeiros, as empresas muitas vezes têm conseguido entrar nas terras florestais onde regem acordos de posse, tais como Acordos de Manejo Florestal Comunitário (MFC). Com isso, as empresas põem em risco a atividade econômica predominante da área, até então o manejo florestal, que poderia passar para ser a agricultura, o que deixaria as comunidades sem a posse de florestas e sem privilégios de uso dos recursos.

Além disso, as plantações de dendê se expandiram em áreas usadas pelos povos indígenas para o cultivo de variedades locais de arroz-de-sequeiro, culturas de raízes e árvores frutíferas. Isso tem afetado muito a diversidade dos cultivos tradicionais, ao mesmo tempo em que torna as comunidades locais ainda mais dependentes de alimentos comprados.

As plantações de dendezeiros também se expandiram para as áreas situadas entre os campos de arroz de várzea e a floresta de terra firme. Esta área coincide exatamente com a terra que as comunidades indígenas usam tradicionalmente para sua agricultura de coivara e à qual aplicam períodos de pousio entre 4 a 7 anos ou mais. Durante o pousio, que é essencial para que a terra recupere parte de seus nutrientes, a área pode parecer ociosa e improdutiva aos olhos dos não especialistas. Na realidade, essa é a terra

que os agricultores indígenas usarão novamente após o período de pousio ser concluído ou quando o solo tiver atingido as exigências nutricionais mínimas para ser cultivado novamente. Hoje em dia, a expansão das plantações de dendezeiros em terras de pousio indígena (benglay) está reduzindo o número de áreas de rotação necessárias aos povos indígenas para garantir a sustentabilidade do seu ciclo de coivara, levando a erosão genética irreversível, bem como a desintegração da identidade e das visões de mundo indígenas.

As plantações de dendezeiros em Palawan já estão competindo e tomando áreas cultivadas e territórios dos povos, que têm sustentado a autossuficiência local. Em suma, um tipo de agricultura intensiva (monoculturas de dendezeiro), que beneficia fazendeiros mais abastados, empresas e empresários, está se apropriando de terra tradicional que, há gerações, garante a subsistência de pequenos agricultores e povos indígenas.

Início

---

## CERTIFICAÇÃO

### **- FSC: Concentração de terras certificada**

#### **O FSC**

A certificação de plantações industriais de árvores por parte do Conselho de Manejo Florestal (FSC, na sigla em inglês) tem sido um instrumento de legitimação do modelo de monocultivos em larga escala. Seu programa de acreditação, que tem reconhecimento internacional, garante aos consumidores que as empresas que contam com seu selo fazem “um manejo florestal socialmente benéfico, ambientalmente apropriado e economicamente viável”.

Há muito tempo, o WRM, junto com outras organizações e movimentos sociais, vem denunciando o nefasto papel da certificação de modelos produtivos que são intrinsecamente insustentáveis e comprovadamente prejudiciais, tanto para o meio ambiente quanto para as comunidades, como é o caso dos monocultivos de árvores e o FSC.

Dentro do contexto da concentração de terras, o florestamento, geralmente em mãos de grandes empresas, é um de seus “tentáculos”, ocupando enormes extensões e expulsando comunidades e modos de produção familiares, comunitários, diversificados, para substituí-los por “desertos verdes”.

Os que trabalham aí não têm histórias para contar que os liguem amorosamente a essa terra e suas dádivas. Suas histórias são de exploração e dificuldades. Essas pessoas se convertem em trabalhadores diaristas de empresas que pagam salários baixos e oferecem condições de trabalho muito duras. Mesmo assim, essas mesmas empresas são certificadas.

#### **O caso Alto Paraná, na Argentina**

A empresa florestal Alto Paraná S. A. (APSA), do grupo chileno Arauco, radicada na província de Misiones há mais de uma década, busca novamente o selo do Conselho de Manejo Florestal (FSC). A avaliação do patrimônio florestal da empresa, de 233.664 hectares, foi realizada em março passado por consultores da organização internacional Rainforest Alliance, que analisaram aspectos ambientais, silviculturais e socioeconômicos das plantações florestais. Esta é a segunda vez que a empresa tenta obter o selo, que

não conseguiu em 2006.

Depois de a notícia ser divulgada, um grupo de profissionais do setor florestal e acadêmico, junto com os Produtores Independentes de Puerto Piray (PIP), a União de Produtores de Puerto Libertad, pesquisadores do Conicet, comunicadores populares de Misiones e o Grupo de Reflexão Rural (GRR), elaboraram um informe sobre os impactos negativos do manejo florestal de APSA, para que esteja à disposição dos auditores Freddy Peña e Ariel Zorrilla.

No relatório (<http://nosonbosques.com.ar/noticias/abajo-el-maquillaje-verde/#more-444>), denunciou-se que não é ambientalmente apropriado o uso massivo de mais de 100 mil quilos de agrotóxicos por ano, preparados com a água dos arroios de Misiones, nem o desmonte de dezenas de milhares de hectares que esta empresa fez no passado para instalar suas plantações, muitas vezes descumprindo as leis ambientais da província.

Também se apontou que não é socialmente benéfica a substituição das terras mais férteis da província por intermináveis plantações de pinus e eucaliptos, manejadas com máquinas e substâncias químicas, que não só geram desemprego, mas também impedem que se sigam cultivando alimentos nas pequenas propriedades, fazem com que as pessoas adoçam com as fumigações e o pólen, acabam com colônias de pequenos produtores e limitam o crescimento de povoados.

E se enfatizou que não é economicamente viável que a província dependa de uma só atividade produtiva, muito concentrada por uma única empresa: enquanto seus pinus crescem e suas serrarias e fábricas enriquecem, a sociedade e o ambiente em Misiones empobrecem cada vez mais.

A antropóloga Andrea Mastrangelo forneceu aos auditores dados e publicações de sua autoria sobre precarização das condições de trabalho, a leishmaniose tegumentar como doença não reconhecida do ambiente de trabalho florestal e limitações à liberdade de associação dos trabalhadores. Também denunciou que outros impactos negativos da indústria florestal-celulósica estão relacionados ao zoneamento territorial, como o julgamento em instâncias federais de um processo sobre a implantação de pinus dentro de uma reserva indígena de Alecrín, no departamento de San Pedro, e a expulsão da população pela ampliação do monocultivo florestal-industrial do Grupo Arauco, não apenas de pequenos produtores minifundiários, mas também de trabalhadores florestais.

Comunidades Mbyá-guarani assentadas na província de Misiones realizaram uma *Aty Ñeychyrô* (Assembleia de Caciques) especialmente convocada para definir um posicionamento diante do processo de avaliação para a certificação do FSC. O pronunciamento das comunidades Mbyá-guarani, lido perante os certificadores da Alto Paraná em 13 de março, diz:

“Transformar a nossa selva, rica em diferentes animais, água e plantas, em uma mancha verde na qual só há pinus, onde há silêncio porque não há animais, pássaros nem peixes, nos prejudica profundamente, nos produz quebranto. Quando se destrói a selva para plantar pinus, ou quando nada se faz para replantar árvores nativas nos lugares onde se arrancaram os exemplares que deram sombra aos avós de nossos avós, somos empurrados silenciosamente para as cidades, destruindo nossa cultura, muito anterior aos interesses da Alto Paraná.

Essa empresa nunca se aproximou das Comunidades que não fosse para desmontar seu entorno e plantar pinus. Nossa terra – na qual a vida se alegrava a cada passo – é hoje um deserto de pinus. A Alto Paraná não reconhece que está em territórios indígenas, não devolve as terras, não reconhece o dano causado, como é fácil para ver no caso de Tekoa Alecrín.

Por que só hoje a empresa se apresenta às comunidades pretendendo fazer com que assinem um convênio sem explicar seu conteúdo, buscando surpreender nossa boa fé e nossa confiança? Onde estava a Alto Paraná quando intrusos pretenderam invadir o território de Tekoa Alecrín? Se considerava que as terras eram suas, por que não as defendeu? Quem fez isso foram seus verdadeiros donos: as Comunidades Mbyá-Guarani.

Essa empresa traz somente prejuízo e sofrimento ao nosso povo, e demonstra isso ao só pretender se relacionar com ele para cuidar de seu próprio interesse. A madeira que vende está regada com as lágrimas de nossos avós que viram como o *lapacho*, o cedro, o timbó, caíam sob as motosserras para se transformar em pinus estrangeiros em nossos territórios. Nunca pensamos nas árvores como dinheiro; para nós, elas são uma parte muito importante de nossa vida, sem floresta não há mbyá. O pinus condena nossa cultura, e os maus empresários, também”.

Por sua vez, os Produtores Independentes de Piray (PIP), organização criada há seis anos por cerca de duzentas famílias de Piray Kilómetro 18 e dos bairros Unión e Teresa, do município de Puerto Piray, departamento de Montecarlo, também enviaram um relatório aos avaliadores da certificação FSC, e ao mesmo tempo, à opinião pública, onde expressaram:

“Não estamos de acordo com a certificação da Alto Paraná (APSA) porque, depois dos 70 metros que temos para viver, segue um mar de pinus e nós nos sentimos asfixiados, porque, de agosto em diante e durante todo o verão, o pólen da floração do pinus suja o nosso ambiente, porque respiramos ar contaminado e o pó amarelo está por toda parte, na nossa mesa, nos nossos pratos, na cama, nos tachos com água; porque fumigam com agrotóxicos perto de nossas casas, porque estão fazendo com que crianças e adultos fiquem doentes, com dores de cabeça, vômitos, náuseas, colite, anginas, conjuntivite, bronquite, asma, alergias e perdas de gestações, porque morrem pessoas por infecção de câncer, porque morrem os nossos animais; porque é um perigo e uma ameaça para futuras gerações, porque expulsaram sete comunidades de quilômetros (colônias de pequenos produtores que se encontram no município de Puerto Piray) que já não existem. Essas comunidades estão em nossa memória, fazem parte de nossa história. Eram comunidades bem constituídas. Não queremos ir embora. Queremos viver dignamente. Queremos trabalhar a terra e produzir alimentos sãos”.

As famílias de PIP também expressaram: “Queremos o desenvolvimento da comunidade, onde atua a empresa, para que ‘os quilômetros’ (referência a pequenas colônias de agricultores) não desapareçam, para o desenvolvimento da agricultura familiar, para produzir e comercializar produtos sãos em Montecarlo, Eldorado e nossa querida Puerto Piray, para que nossos projetos produtivos se fortaleçam, para que nossos jovens não vão embora do lugar, para defender nossa identidade”.

### ***O caso Veracel Celulose, no Brasil***

A Veracel Celulose é uma *joint venture* da sueco-finlandesa StoraEnso e da noruego-brasileira Fibria (ex-Aracruz), em Eunápolis, estado da Bahia, onde, no último mês de março, 350 funcionários iniciaram uma greve em defesa de seus salários, que estão abaixo do mínimo legal. Como dizem os trabalhadores, sua greve é resultado de um processo histórico de exploração e falta de diálogo, e sua atitude é uma demonstração de que estão dispostos a fazer valer seus direitos.

Os trabalhadores denunciavam que, diariamente, devem ir trabalhar em zonas de difícil acesso, nas plantações de eucalipto, tendo que sair de casa, em alguns casos, às três e meia da manhã e chegando de volta às nove da noite, dependendo da distância. Mas, por essa longa jornada, a Veracel só paga as 8 horas que trabalham exclusivamente na plantação.

Além disso, são trabalhos que causam impactos à saúde. Segundo os trabalhadores, os operadores das máquinas sofrem lesões ocasionadas pela falta de condições adequadas nas máquinas, que trabalham em terrenos irregulares, com desníveis e ladeiras, cujas vibrações repercutem em todo o corpo. “Nosso trabalho exige metas de produção exageradas, de 31 m<sup>2</sup> por hora, cerca de 120 árvores cortadas em uma hora”, afirmou um dos trabalhadores.

Por outro lado, os longos trajetos que eles devem percorrer em veículos sem ar condicionado e por caminhos poeirentos provocam casos de alergia e de transtornos pulmonares.

Nem as más condições de trabalho, nem os baixos salários, nem a concentração de terras implicada em seu negócio de monocultivos de árvores para celulose impedem que a Veracel conte com um “selo verde” para tranquilizar seus clientes.

Para quem convive com a realidade das empresas plantadoras de eucalipto e fábricas de celulose, no estado da Bahia, o selo FSC é uma piada de mau gosto, uma farsa. É a certeza da impunidade para com as violações de direitos. Significa a certificação da crueldade e das injustiças sociais, ambientais e culturais. E quem compra esses produtos, é enganado ou conivente?

Além disso, a certificação do FSC garante a concentração de terras por parte das empresas, que utilizam esse “selo verde” para facilitar a obtenção, junto às autoridades, das licenças necessárias para a expansão de suas atividades, agravando ainda mais os impactos. Por isso, faz-se necessário e urgente levar a cabo uma grande campanha contra a certificação FSC e outros selos de falsa “sustentabilidade”.

O caso argentino é de autoria de Sebastián Korol, jornalista da Revista Superficie (província de Misiones) e María Inés Aiuto, jornalista, integrante da campanha “Parem com as plantações florestais”, Grupo de Reflexão Rural (província de Corrientes).

O caso do Brasil foi elaborado a partir da informação fornecida por CEPEDDES, email [cepedes@cepedes.org.br](mailto:cepedes@cepedes.org.br), e do artigo: “Trabalhadores da Veracel em greve alegam que recebem salários abaixo do mínimo regido pela CLT”, Irlete Gomes, 22/03/2013, <http://www.girodenoticias.com/noticias/geral/3019/trabalhadores-da-veracel-em-greve-alegam-que-recebem-salarios-abaixo-do-minimo-regido-pela-clt-22-03-2013/>

Início

---

## PETRÓLEO

### **- Concentração de terras para o petróleo: a realidade crua da perfuração de petróleo no Delta do Níger**

Enquanto a concentração de terras geralmente é associada à tomada de terras para plantações de monoculturas em grande escala, cultivadas para exportação ou para projetos de conservação, como o REDD, o povo Ogoni do Delta do Níger tem enfrentado uma outra forma de apropriação de terras: a perda de seus territórios, terras tradicionais, mangues férteis e sistemas fluviais para as companhias petrolíferas que vêm devastando a região há décadas. Uma visita recente de participantes do EJOLT (ver o blog do EJOLT, <http://www.ejolt.org/2013/04/crude-justice-ecocide-in-the-niger-delta/>) às aldeias de Goi e Bodo, na Ogonilândia, serviu como um lembrete chocante sobre o preço que as comunidades pagam quando vivem nas proximidades de algumas das mais rentáveis extrações de petróleo no Delta do Níger. Na

visita, também se vivenciou a dignidade e a determinação com que, há décadas, as comunidades ogoni têm exigido justiça, e que as empresas petrolíferas limpem o óleo que deixaram vaziar nos mangues, e que atingiu os campos, infiltrou no solo e chegou ao tecido de pessoas condenadas a viver com a destruição do petróleo em uma escala inimaginável, e da qual não recebem qualquer benefício, e sim um custo imenso. “Eles só vieram colocar uma placa dizendo que esta terra está contaminada, e que ninguém entrasse”, comenta um morador de 58 anos, que teve que deixar sua aldeia depois de um vazamento de óleo tornar inviável a vida ali. “Eles não limpam nada. Ninguém sabe quais são os níveis de contaminação e poluição em nossas comunidades”.

A luta de dez anos por justiça continua, porque a grave injustiça infligida às comunidades do Delta do Níger continua: a cada ano, permite-se que o equivalente a um petroleiro Exxon Valdez cheio de petróleo bruto derrame nos mangues, rios e solos do Delta do Níger. Em termos de volume, o óleo que derramou no Golfo do México com a explosão que destruiu a plataforma Deepwater Horizon, da BP, em 2010, foi menor do que o que vaza da rede de terminais, tubos, estações de bombeamento e plataformas de petróleo a cada ano no Delta do Níger. E, no entanto, esses vazamentos foram acontecendo quase despercebidos, sem grandes manchetes na imprensa internacional dedicadas a eles, e com empresas, governos e consumidores de petróleo do delta do Níger preferindo a ignorância a agir em busca de justiça para as pessoas afetadas por décadas de vazamentos. Sem essa atenção internacional, o custo para pessoas, comunidades, rios, mangues e para os solos onde o alimento continua a ser cultivado permanece invisível aos que usamos os produtos de petróleo, os quais que dão forma à vida cotidiana, em particular nos centros de consumo.

Derramamentos de óleo têm ocorrido com regularidade crescente no Delta do Níger à medida que a infraestrutura do petróleo envelhece, mas têm sido uma realidade constante que acompanha a extração de petróleo desde que a Shell começou a bombear petróleo na Nigéria, no final dos anos 50. “Desde que começou a exploração em grande escala no Delta do Níger, em 1958, houve mais de 4.000 vazamentos de petróleo na região – e nenhum deles foi limpo”, explicou Godwin Ojo, diretor da Environmental Rights Action, que apoia as comunidades afetadas pela destruição resultante da perfuração de petróleo na Ogonilândia. São mais de 400 km de tubulações envelhecidas, muitas vezes enferrujadas, com risco de ruptura, várias centenas de locais de perfuração, muitos deles mal desmontados depois de terem saído de operação, mais de uma centena de locais de queima de gás – formalmente proibidos em 1984 e declarados “inconstitucionais” pelo Supremo Tribunal nigeriano em 2005, mas que continuam queimando, pois é mais barato para as empresas queimar o gás do que capturá-lo e transformá-lo em eletricidade. As forças de segurança, muitas vezes armadas e envolvidas em conflitos que tiram a vida de centenas de pessoas anualmente, transformaram em uma luta diária o que costumava ser uma vida boa – uma vida de abundância em uma região onde os mangues férteis (ver Boletim 151) proporcionavam alimentos para subsistência e para a venda nos mercados locais. “A expectativa de vida na Nigéria flutua acima dos 50 anos, quase 20 abaixo da média mundial, mas, nas comunidades em torno dos campos de petróleo, é de 41 anos. Um relatório do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas sobre a região ogoni encontrou água com agentes cancerígenos 900 vezes acima do nível seguro. Entre as queixas locais sobre problemas de saúde estão doenças respiratórias e lesões na pele, e poços de água potável envenenados com benzeno. Com a chuva ácida corroendo os telhados de zinco das casas, até mesmo a água da chuva é tóxica demais para beber.

“Sempre havia comida”, observaram vários moradores. Ao longo do delta, as comunidades continuaram com a sua agricultura tradicional de arroz, mandioca, inhame e açúcar. Pescavam caramujos, caranguejos, peixes e outros frutos do mar dos riachos. “Mas quando aconteciam os vazamentos, a vida nos manguezais era destruída. A escolha que temos hoje é comer nada ou comer alimentos que sabemos que vão nos matar”, comentou uma moradora na aldeia de Goi, hoje abandonada.

Os “vazamentos” a que os moradores da aldeia de Goi se referem são os de 2008 e 2009, quando “o petróleo foi deixado espirrando para o ar por mais de dois meses, em chafarizes de até dois andares de altura”. Mais de cinco anos depois, os barcos de pesca ainda estão ao longo das margens do riacho Bodo, em Bodo City, como se o vazamento tivesse acontecido recentemente. Os moradores esperavam que a Shell, a empresa cujos dutos se romperam e provocaram o vazamento, interrompesse o jorro de óleo e limpasse os danos para que os barcos pudessem ser levados para pescar novamente em breve. Mas a limpeza nunca aconteceu, e um grupo de moradores entrou com um processo contra a transnacional anglo-holandesa Shell em um tribunal holandês (ver Boletim 187).

Em 30 de janeiro de 2013, o tribunal holandês determinou que a Shell foi responsável pela poluição do Delta do Níger, afetando fortemente a vida das pessoas em Ikot Ada Udo, no estado de Akwa Ibom. Mas o tribunal, inexplicavelmente, também determinou que, no processo movido por moradores de Goi – que tinham sofrido exatamente a mesma destruição do meio ambiente das pessoas em Ikot Ada Udo, e possivelmente ainda mais extensa – a Shell não era responsável porque supostamente tinha feito manutenção suficiente em seus dutos e que os vazamentos eram o resultado de “sabotagem” por parte de pessoas que estavam roubando petróleo. “Quando a Shell finalmente veio, pensávamos que iria dizer algo razoável. Mas aconteceu o contrário. Nós só decidimos ir à justiça quando ficamos contra a parede. Agora, decidimos que deve ser feita justiça nessa batalha legal”. Outro morador comentou: “Nós não tivemos justiça, mas pelo menos o nosso caso foi ouvido”. Moradores de Goi e organizações que apoiaram o seu caso se preparam para recorrer da decisão em favor da Shell, para que eles não apenas sejam ouvidos, mas também recebam justiça.

Ver, cheirar e sentir a grossa capa de petróleo bruto que inúmeros derrames vomitaram nos solos férteis e manguezais que cercam Goi, Bodo e as muitas outras comunidades afetadas pela destruição que o petróleo trouxe ao Delta do Níger reforçou a necessidade de fortalecer a chamada liderada pela rede Oilwatch – “Petróleo, areias asfálticas e carvão mineral ¡Deixe no chão!” – não apenas porque fazer outra coisa negaria às gerações futuras a possibilidade de evitar uma mudança climática desenfreada, mas também porque comunidades como as de Bodo City e da aldeia fantasma de Goi há muito arcam com o custo para que “empresas como a Shell continuem a colher alguns dos maiores lucros de qualquer empresa do mundo em 2012”, cerca de 28,6 bilhões de dólares ou de 2 milhões por hora.

Artigo baseado em:

(1) Notas da visita do WRM às aldeias de Goi e Bodo, março 2013

(2) Getting away with Ecocide: Shell in the Niger Delta. Leah Temper. EJOLT - Environmental Justice Project <http://www.ejolt.org/2013/04/crude-justice-ecocide-in-the-niger-delta/>

(3) UNEP Environmental Assessment of Ogoniland. <http://www.unep.org/disastersandconflicts/CountryOperations/Nigeria/EnvironmentalAssessmentofOgonilandreport/tabid/54419/Default.aspx>

[Início](#)

---

## REDD

**- Violação do direito de ser consultado abre caminho para mais concentração de terras como consequência do REDD**

O mecanismo REDD tem sido polêmico desde que foi apresentado durante a conferência climática da

ONU em Bali, na Indonésia, em 2007, como forma de supostamente reduzir o desmatamento. Além de apontar que o REDD, como instrumento do mercado de carbono, é uma falsa solução para a mudança climática, muitos povos indígenas têm expressado a preocupação de que o mecanismo irá prejudicar seus direitos, dividindo as comunidades e pondo em risco o controle e o acesso dos povos indígenas a seus territórios tradicionais. Apesar de muitas promessas por parte das instituições internacionais, como a UN-REDD e a Parceria para o Carbono Florestal (Forest Carbon Partnership Facility, FCPF) do Banco Mundial, de respeitar os direitos dos povos indígenas e garantir o “CLIP” (Consentimento livre, prévio e informado) em suas iniciativas de REDD, bem como aplicar “salvaguardas”, os riscos sobre os quais muitos povos indígenas alertavam já em 2007 estão se tornando realidade. No Panamá e em Honduras, organizações de povos indígenas denunciaram a forma como os direitos ao “CLIP” foram violados nos processos nacionais de REDD.

*No Panamá, nenhuma garantia de respeito aos direitos indígenas*

Em 27 de fevereiro de 2013, o órgão Autoridades Tradicionais dos Povos Indígenas no Panamá, por meio de seu Organismo Coordenador, a COONAPIP, retirou-se da iniciativa UN-REDD no país. Em uma carta anunciando a retirada, a COONAPIP explica que a iniciativa “não oferece garantias de respeito aos direitos indígenas” nem “a participação plena e efetiva dos povos indígenas do Panamá”.

Em sua carta de 10 de março de 2013, em apoio à decisão da COONAPIP de se retirar do processo da UN-REDD no Panamá, Jesus Amadeo Martinez, consultor sênior do Conselho Indígena da América Central (Consejo Indígena de Centro América – CICA), escreve que “na qualidade de Conselheiro Sênior do CICA, me preocupo com a possibilidade de que as ações do programa UN-REDD com a COONAPIP no Panamá não sejam isoladas, mas formem uma nova prática de intolerância e discriminação raciais com os povos e organizações indígenas”.

*Em Honduras, o REDD facilita a perda de territórios e o aumento da concentração de terras*

Honduras foi um dos seis países a apresentar seus planos nacionais de REDD para a FCPF do Banco Mundial, em março de 2013. A experiência com a preparação dos documentos em Honduras se assemelha à de muitos outros países onde povos indígenas e organizações comunitárias locais têm sido deixados de lado no processo.

Em um comunicado de 3 de Abril de 2013, a OFRANEH (Organização Fraternal Negra Hondurenha) escreve que “mais uma vez, o Estado de Honduras viola o direito à consulta concedido na Convenção 169 da OIT e na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, com relação à participação no programa sobre Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+), ao excluir os povos garífunas do processo de consulta no desenvolvimento da chamada R-PP (Proposta de Preparação de Prontidão), financiada pelo mecanismo de FCPF e pelo Programa UN-REDD”.

A OFRANEH também denuncia a forma como, na “primeira versão da R-PP, datada de setembro de 2012, a OFRANEH é mencionada como ‘organização que molda as políticas indígenas nos territórios garífunas, está envolvida na defesa e na garantia dos direitos dos povos’”, e que a mesma versão também inclui o nome da organização como participante de oficinas de capacitação e pré-consulta das quais ela nunca teve conhecimento nem participou. Além disso, na R-PP de março de 2013, que foi apresentada na reunião da FCPF em Washington, a OFRANEH nem é mais mencionada como organização que representa os povos garífunas. Num passe de mágica e sem que os funcionários estatais ou da ONU tenham contatado nossa organização, na R-PP de março de 2013, a OFRANEH desaparece do documento como representante do povo Garífuna.



Em seu relatório de 2005, a Agência de Investigação Ambiental (EIA, em inglês) documentou, entre outras coisas, a ligação entre políticos e quem desmata em Honduras. No entanto, o plano de REDD apresentado à FCPF do Banco Mundial não menciona essas ligações nem propostas para enfrentar esse conluio, que continua a resultar em perda de florestas. Em vez disso, a OFRANEH e outros estão preocupados com a possibilidade de o REDD+ em Honduras vir a se transformar “em uma pilhagem de territórios dos povos indígenas”, além de facilitar a perda de territórios e aumentar a concentração de terras.

Eles apontam que a mesma instituição que agora está envolvida em REDD, o Banco Mundial, há mais de uma década vem promovendo uma controversa Lei de Propriedade que foi adotada pelo Estado hondurenho em 2004. Um abaixo-assinado para revogar a lei está pendente na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). A lei representa uma séria ameaça à titulação comunal de territórios dos povos indígenas e favorece os títulos individuais de propriedade desses territórios, uma tendência que tem preocupado as associações de povos indígenas em relação ao REDD.

Artigo baseado em <http://ofraneh.wordpress.com/2013/04/03/redd-estado-de-honduras-y-onu-redd-violan-el-derecho-a-la-consulta/>; <http://www.kepa.fi/tiedostot/nota-coonapip-31-13-resmision-de-resolucion.pdf> e <http://www.redd-monitor.org/2013/03/06/coonapip-panamas-indigenous-peoples-coordinating-body-withdraws-from-un-redd/>

Início

---

### **- Brasil: Carta Pública do Acre/Brasil denuncia “consulta” sobre REDD+ na Califórnia**

Grupos e indivíduos do estado do Acre e outros estados do Brasil enviaram este mês uma carta-denúncia aberta ao governador da Califórnia e, também, a um Grupo de Trabalho (GT) sobre REDD+ da Califórnia. A carta denuncia a ilegitimidade de uma consulta através de três oficinas na Califórnia e outra feita pela internet, tudo em inglês, sobre a forma e as condições como deveriam ser incluídos créditos REDD+ - principalmente do Acre - no mercado de carbono que está sendo criado na Califórnia. Depois do dia 30 de abril de 2013, o GT afirma que encaminhará seu parecer ao governo da Califórnia, dando por encerrada a “consulta”.

A iniciativa na Califórnia em torno do REDD+ é resultado de um acordo que foi assinado em 2010 entre os governadores da Califórnia (EUA), do Acre (Brasil) e de Chiapas (México) com o objetivo de concretizar negócios com REDD+, tendo Acre e Chiapas como estados que estariam “fornecendo” os créditos de carbono enquanto a indústria poluidora da Califórnia se beneficia destes créditos, comprando o “direito” de continuar poluindo.

A carta do Acre/Brasil denuncia em primeiro lugar que se trata de um processo ilegítimo: “Nós, organizações e ativistas do Acre e do Brasil, (...), denunciemos a proposta do governo do estado da Califórnia, nos EUA, de querer “reduzir” suas emissões de CO2 com a “aquisição” de créditos REDD+ dos estados do Acre e de Chiapas, em vez de fazer essa “redução” na própria Califórnia. Somos contrários a essa proposta e denunciemos o processo de “consulta” em curso sobre este tema na Califórnia, porque ele carece de legitimidade pela falta de participação efetiva das populações do Acre e de Chiapas que dependem das florestas para manter seu modo de vida, e que serão diretamente afetadas pela proposta de REDD+ da Califórnia.

Além disso, a carta pública mostra que a imagem verde do Acre no mundo, como exemplo avançado de

“sustentabilidade” e de como realizar o REDD+ em áreas de florestas tropicais - construída inclusive a partir da imagem e dos ideais de Chico Mendes - não corresponde à realidade, ao contrário. A carta diz que “o REDD+ não será capaz de reduzir as emissões de carbono no mundo e muito menos a destruição da floresta; aprofunda injustiças sociais e ambientais existentes; criminaliza práticas tradicionais das populações/povos/comunidades da floresta e tem um caráter profundamente neocolonial”.

A Carta sugere que o governo da Califórnia anule o processo ilegítimo de consulta que está em curso, “..caso não faça, a curto prazo, uma ampla consulta aos afetados nos territórios de onde pretende obter os créditos REDD.”

A Carta recebeu uma moção de apoio de um grupo de organizações internacionais que afirmam que: “Decisões em relação à legislação ou programas de REDD+ já estão causando ou causarão impactos no modo de vida de populações da floresta. Dado que nem no processo REDD+ no Acre e tampouco durante a elaboração de recomendações ao governo da Califórnia sobre o assunto houve a necessária participação significativa dessas populações, exigimos que não sejam incluídos créditos de “compensação” REDD+ no esquema de comércio de carbono da Califórnia”, completando que “compartilhamos também as outras preocupações sobre o mecanismo REDD+ e apoiamos a demanda da Carta Aberta, de que Califórnia não deveria incluir créditos de “compensação” REDD+ do Acre no seu esquema de comércio de carbono e deveria fazer esforços para reduzir suas emissões na própria Califórnia”.

A carta-denúncia pública e a moção de apoio podem ser lidas na íntegra em português, enquanto também uma carta de rejeição a REDD desde Chiapas foi enviada para as autoridades na Califórnia (veja <http://wrm.org.uy/subjects/REDD/AcreSolidarity-OpenLetter.pdf> e <http://wrm.org.uy/subjects/REDD/OpenLetter-Acre.pdf>)

Início

---

## BRICS

### - BRICS, desenvolvimento e concentração de terras

No mês de março de 2013, reuniram-se em Durban, na África do Sul, os presidentes do chamado BRICS: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Cercados de inúmeras barreiras para que ninguém que ousasse fazer algum protesto pudesse se aproximar, os presidentes desses países discutiram diversos assuntos, entre eles, propostas de cooperação.

Uma destas propostas que mais ganhou destaque na divulgação do evento foi a criação de um banco de desenvolvimento dos BRICS, com um capital inicial de US\$ 50 bilhões, aportado em partes iguais pelos cinco países do bloco.

Experiências com bancos semelhantes em países como Brasil (BNDES) mostram que este tipo de banco é promotor de desenvolvimento de cima para baixo, em benefício de grandes empresas, contribuindo para o processo de concentração de terras. O BNDES, no Brasil, tem apoiado intensamente, por exemplo, a expansão de milhões de hectares da monocultura de eucalipto para celulose de exportação e de cana-de-açúcar para produzir açúcar de exportação, além de etanol, o setor de carnes de exportação que incentiva a expansão de pastagens, inclusive na Amazônia, complexos hidrelétricos, mineração e o setor

de petróleo que têm se expandido enormemente no Brasil em plena época de crises climática e ambiental, levando a uma concentração inusitada de “terras” no mar, além de poluição, prejudicando as atividades de milhares de pescadores artesanais.

Dezenas de organizações não governamentais presentes em Durban também mostraram preocupação com a questão da transparência dessa iniciativa, uma vez que hoje o BNDES está entre os bancos com menos transparência, sem uma política social capaz de evitar financiamentos a projetos que aumentam o processo de concentração de terras e as injustiças sociais e ambientais.

O Observatório do Petróleo (Oilwatch) assinalou, numa carta de posição, que a ideia dos BRICS, apesar de se mostrar como uma espécie de “oposição” a um mundo dominado pelos países ricos, nasceu, na realidade, como ideia de um dos maiores ícones do capital financeiro: a empresa Goldman Sachs, com sede no centro financeiro de Nova York. Isso já leva a crer que esta iniciativa talvez não seja pensada para beneficiar e efetivamente envolver a grande maioria do povo, sendo mais concebida por e para benefício de algumas poucas corporações, dos seus países e também do Norte.

A Oilwatch denuncia que as grandes corporações dos países dos BRICS não se diferenciam de outras multinacionais globais do Norte: aplicam a mesma lógica e os mesmos métodos e buscam aumentar seu alcance dentro e fora dos seus países. Os países são considerados mercados e suas populações, mão-de-obra, algo que se busca onde for mais barata. Os países não são mais considerados como territórios, com povos, identidades e culturas. Mas são esses povos que sofrem e sofrerão com as consequências de uma “maior cooperação” entre os BRICS e das ações de um novo banco de desenvolvimento, com as grandes empresas desses países se apropriando cada vez mais desses territórios para poder lucrar mais.

A Oilwatch afirma que: “Através dessas tomadas de terras, os BRICS e blocos semelhantes buscam fortalecer tanto agendas neoliberais que fracassaram quanto uma civilização obsoleta baseada em energia suja e em combustíveis fósseis. Os BRICS não parecem se dar conta de que o destino do seu caminho sobre rodas de mercados, empurrado por investimentos sujos e com a apropriação de recursos, é um caminho sem volta”.

Sobre a proposta do banco de desenvolvimento dos BRICS, a Oilwatch afirma que: “Um Banco dos BRICS apenas agravaria o caos social, econômico e ambiental já causado, em parte, pelo financiamento multilateral. As instituições para o financiamento do desenvolvimento que já existem em países dos BRICS – como o Banco do Desenvolvimento do Sul da África e o BNDES, o Banco de desenvolvimento do Brasil, dão lições claras (...). A Oilwatch Internacional denuncia a invenção chamada BRICS e todos os outros agrupamentos montados para incentivar agendas que dividem e exploram o mundo. Acreditamos que chegou a hora de os povos dos países que formam parte dos BRICS, do G8 e do G20 exigirem dos seus líderes eleitos que evitem esses blocos prejudiciais, os quais destroem espaços multilaterais formais e mergulham o mundo em mais violência e em crises mais graves, como é evidente com as crises estruturais climática, financeira, econômica e alimentar.”

Baseado em:

[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/03/130327\\_brics\\_paralelo\\_social\\_mm\\_rc.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/03/130327_brics_paralelo_social_mm_rc.shtml); e declaração da Oilwatch de 26/03/2013: BRICS to sustain the oil-based system. Acessível em <http://www.oilwatch.org/en/home/132-several/documents-en/568-brics-to-sustain-the-oil-based-system>

---

## BANCO MUNDIAL

### - O Banco Mundial e a concentração de terras

Em um cenário mundial de privatização e concentração da riqueza cada vez maiores, processo manifestado também na concentração de terras, muitos atores financeiros procuram contar com mecanismos que possibilitem suas ações especulativas. É necessária uma enorme circulação de dinheiro, papel que tem sido cumprido por instituições financeiras internacionais e bancos multilaterais.

O Banco Mundial foi um instrumento útil na promoção das políticas que desembocaram no atual estado de coisas, no qual o desmatamento se agrava, a mudança climática continua e as desigualdades sociais aumentam.

Em matéria de florestas, o Banco promoveu, por um lado, o sistema de concessões comerciais e, por outro, a silvicultura, na forma de plantações industriais de madeira. Ambas as políticas para a transformação da madeira em um produto de mercado prejudicaram as florestas e os povos que delas dependem. Também outro tipo de política, como a privatização da geração de eletricidade, constituiu (por exemplo, em Zâmbia) um fator de desmatamento que já denunciávamos em 2001 (ver Boletim 50 do WRM): o aumento dos preços das tarifas elétricas que a privatização implicou impulsionou o consumo de carvão vegetal, transformando-o em um produto de mercado e incidindo em seu avanço sobre as florestas.

Apesar de o Banco Mundial ter proporcionado grandes somas em dinheiro para atividades vinculadas à aquisição de terras, em sua recente conferência anual sobre Terra e Propriedade, celebrada em abril, seu presidente, o dr. Jim Yong Kim, manifestou que o Grupo do Banco Mundial compartilha as inquietudes em relação aos riscos associados às aquisições de terra em grande escala. (1)

Mas essa preocupação do Banco Mundial não condiz com o que foi e continua sendo sua atuação.

O Banco gosta de reiterar seu compromisso com a promoção de políticas “que reconheçam todas as formas de posse da terra”, mas, como denuncia a Oxfam (2), seus programas têm levado à perda de terras e meios de subsistência de muitas comunidades vulneráveis, como no Camboja e na Guatemala, e a conflitos no Camboja, nas Filipinas e no Panamá, às vezes reforçando a titulação privada e individual da terra em detrimento das demandas coletivas de reconhecimento do território.

Para refrescar a memória sobre o protagonismo do Banco Mundial no atual processo de concentração de terras, vale a pena mencionar a informação fornecida pela GRAIN (3), que revela que tanto a Corporação Financeira Internacional (CFI) como a Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA), ambas organismos do Banco Mundial dedicados à promoção de investimentos comerciais, proporcionam seguros contra riscos políticos aos projetos de concentração de terras.

A partir de dados do próprio Banco Mundial, a GRAIN informa que a MIGA apoiou com 50 milhões de dólares os investimentos de 300 milhões de dólares da Chayton Capital, uma firma de ações privadas com sede no Reino Unido, que investe em terras agricultáveis no sul da África. Também atuou protegendo investimentos desse tipo do fundo de cobertura britânico SilverStreet Capital, onde foi crucial no papel de proteger os investimentos em terras para agricultura proporcionados pela MIGA. Se surgem problemas, “vocês contarão com o Banco Mundial ao seu lado”, expressou um dos chefes de investimentos do referido fundo.

Como dissemos, o Banco Mundial se diz preocupado. No entanto, suas iniciativas refletem essa preocupação? O projeto Bretton Woods aponta as novas iniciativas recentes do Banco, que refletem suas

prioridades atuais: no fim de setembro, o Banco anunciou uma contribuição de 1,2 milhão de dólares a dez países da América Latina, da África e da Ásia, que “estão adotando ou cogitando adotar biotecnologia agrícola”. (4) Os fundos estariam destinados à harmonização das regulamentações desses países em matéria de biossegurança e a fortalecer sua eficiência. Isso implica inserir os países no modelo agrícola industrial baseado em insumos químicos e biotecnológicos e na produção em grande escala, que conduz a uma agricultura sem agricultores, implica maior apropriação por parte dos grandes capitais e maior concentração de terras.

Nessa mesma linha de ação, o Banco Mundial tem o projeto “Fazendo Negócios na agricultura” (*DBA – Doing Business em Agriculture*), que conta com o apoio do G8 e visa a estimular a introdução de reformas jurídicas que facilitem o desenvolvimento da agroindústria.

Em seu informe de outubro de 2012, *A África pode ajudar a alimentar a África*, o Banco Mundial aconselha os países africanos a eliminar os obstáculos comerciais, com o argumento de que isso criará um mercado competitivo de alimentos que ajudará aos setores pobres. Será que a liberalização dos mercados beneficia aos mais despossuídos?

A organização GenderAction, em seu relatório “Gênero, IFIs e insegurança alimentar. Estudo de caso: Zâmbia” (5) denuncia que, na segunda metade da década de 1980, o Banco Mundial e as Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) pressionaram o governo de Zâmbia a adotar políticas neoliberais de ajuste estrutural que incluíam liberalização do comércio, privatização de empresas públicas e eliminação de subsídios e controles de preços, com o argumento de que reduziriam a pobreza. Mas o crescimento econômico do país foi interrompido e essas políticas conduziram à deterioração da prestação dos serviços públicos, prejudicando aos pequenos agricultores que não estavam preparados para enfrentar as supostas oportunidades do mercado emergente que acompanha a liberalização do mercado. As políticas neoliberais foram particularmente devastadoras para as mulheres rurais, cuja renda se reduziu enquanto aumentaram as taxas de desemprego e os preços dos alimentos, contribuindo para o aumento da insegurança alimentar em Zâmbia. Ademais, a consolidação da propriedade individual da terra resultante do processo de “modernização” e comercialização marginalizou as mulheres, que não têm direitos de propriedade sobre a terra, apesar de realizarem a maior parte do trabalho agrícola no país. Quando o governo finalmente abandonou essas políticas, o dano já estava feito.

Em outubro de 2012, a Oxfam Internacional exigiu do Banco Mundial que suspendesse todos os empréstimos do grupo a projetos que implicassem ou possibilitassem a aquisição de terras em grande escala para negócios agrícolas. Além disso exigiu que revisasse suas políticas e seus procedimentos de maneira a assegurar os direitos das comunidades afetadas, dos pequenos produtores de alimentos, das mulheres e outros grupos marginalizados à terra e aos bens naturais dos que dependem dela. (6) Segundo a Oxfam, desde 2008, 21 comunidades apresentaram denúncias formais ao Banco por violação de seus direitos à terra, apesar da enorme dificuldade que uma comunidade tem de iniciar esse tipo de processo, que consome dinheiro, exige pessoal técnico e informado, e leva muito tempo.

O Banco Mundial tem sido decisivo no processo de converter a agricultura em uma indústria e incorporar cada vez mais os bens naturais ao mercado. Tudo indica que segue fiel a esse papel atualmente, facilitando a concentração de terras que supõe grandes negócios para os capitalistas, mas ainda mais expropriação para as comunidades rurais.

(1) “World Bank Group: Access to Land is Critical for the Poor”, nota à imprensa do BM, 8/04/2013, <http://www.worldbank.org/en/news/press-release/2013/04/08/world-bank-group-access-to-land-is-critical-for-the-poor>

(2) “The World Bank and land grabs”, Hannah Stoddart, Oxfam GB, 15 de abril de 2013, <http://policy->

[practice.oxfam.org.uk/blog/2013/04/the-world-bank-and-land-grabs](http://practice.oxfam.org.uk/blog/2013/04/the-world-bank-and-land-grabs)

(3) “El informe del Banco Mundial sobre acaparamiento de tierras: más allá del humo y los espejos”, GRAIN, setembro de 2010, <http://www.grain.org/article/entries/4022-el-informe-del-banco-mundial-sobre-acaparamiento-de-tierras-mas-alla-del-humo-y-los-espejos>

(4) “Call for freeze on World Bank ‘land grabs’”, Bretton Woods Project, [www.brettonwoodsproject.org/art-571586](http://www.brettonwoodsproject.org/art-571586)

(5) “Gender, IFIs and Food Insecurity Case Study: Zambia”, Gender Action, <http://www.genderaction.org/program/food/case/zambia.html>

(6) ‘Our Land, Our Lives’ Time out on the global land rush, Oxfam International, <http://www.oxfamnovib.nl/redactie/Downloads/Rapporten/bn-land-lives-freeze-041012-en%20%5Bembargoed%5D.pdf>

[Inicio](#)

---

## ÁRVORES TRANSGÊNICOS

### - Plantações de eucalipto transgênico ameaçam comunidades e florestas em todo o mundo

Nos Estados Unidos, o Departamento (Ministério) de Agricultura (USDA), que supervisiona a aprovação e liberação de transgênicos nos país, começou recentemente o processo de legalização do lançamento da primeira árvore florestal transgênica – um híbrido de eucalipto geneticamente modificado para ser tolerante ao congelamento. Contudo, o impacto não vai se dar apenas sobre florestas e comunidades daquele país, mas em todo o mundo.

O USDA tem tido uma conexão direta com a infame gigante dos transgênicos, a Monsanto, já que muitos funcionários do USDA já trabalharam para a empresa. Como resultado, o órgão nunca rejeitou a aprovação de uma planta transgênica solicitada pela indústria.

Em janeiro de 2011, a empresa de árvores transgênicas ArborGen pediu permissão ao USDA para vender bilhões de clones de eucalipto geneticamente modificados tolerantes ao congelamento, para vastas plantações nos estados de Carolina do Sul, Geórgia, Flórida, Alabama, Mississippi, Louisiana e Texas.

A ArborGen também tem muitos funcionários que vêm de Monsanto. Sua ex-diretora-executiva, Barbara Wells, foi chefe da Divisão de soja geneticamente modificada Roundup Ready da Monsanto no Brasil, há 18 anos.

O USDA começou recentemente a aceitar comentários públicos a um Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) sobre o pedido da ArborGen para lançar comercialmente árvores de eucalipto transgênico. Esta é a primeira vez que o USDA prepara um RIMA completo sobre uma planta transgênica sem ser forçado a isso por uma ação judicial. Isso indica que o USDA sabe que os eucaliptos transgênicos terão impactos significativos e perigosos sobre o meio ambiente.

Mas esse relatório de impacto ambiental também é o primeiro passo do processo do USDA para aprovar árvores transgênicas de eucalipto.

*Bombinhas vivas*

O eucalipto já está documentado como espécie invasora na Califórnia e na Flórida. A ArborGen os

modificou para ser tolerantes ao congelamento, permitindo que sobrevivam a temperaturas de até 9 °C – ampliando consideravelmente a área que poderiam invadir. Devido à natureza invasiva, o jornal *The Charlotte Observer* os chamou de “o kudzu da década de 2010”. Kudzu é a infame trepadeira que foi introduzida nos Estados Unidos em 1876 e já cobriu três milhões de hectares de terra nos mesmos estados onde as plantações de árvores transgênicas estão planejadas. Ela cobre completamente a paisagem, sufocando a vegetação existente e engolindo todas as estruturas em seu caminho.

Mas há uma diferença importante entre eucaliptos invasivos e trepadeiras kudzu invasivas. As árvores de eucalipto são altamente inflamáveis. Elas foram chamadas de “bombinhas vivas” devido a sua inflamabilidade explosiva em condições secas.

Um catastrófico incêndio de eucaliptos, na Austrália, em 2009, avançou a velocidades acima de 100 quilômetros por hora e matou 200 pessoas.

As plantações de eucalipto esgotam a água do solo e podem até piorar as secas. O Serviço Florestal dos Estados Unidos ressalta que os eucaliptos transgênicos vão usar duas vezes mais água do que as florestas nativas.

### *Desertos verdes*

Os eucaliptos transgênicos não nativos não proporcionam habitat para animais selvagens. Espécies ameaçadas e em perigo de extinção poderão se extinguir se forem desenvolvidos milhões de hectares de plantações de eucalipto transgênico.

No Brasil, as plantações de eucalipto são chamadas de “desertos verdes” porque devastam a biodiversidade.

Os eucaliptos transgênicos ainda não estão legalizados. Podemos interromper esta catástrofe ambiental irreversível antes que ela ocorra, mas precisamos agir imediatamente.

Porém, essas árvores *Frankenstein* não são apenas uma ameaça para os Estados Unidos. Se forem aperfeiçoados aqui, os eucaliptos transgênicos podem ser exportados para todo o mundo. Como são tolerantes ao congelamento, poderiam crescer onde o eucalipto convencional não pode. Assim, o desastre de plantações de eucalipto pode se espalhar ainda mais ao norte, ao sul e a altitudes mais elevadas – a ecossistemas e comunidades anteriormente não atingidos pelo desastre das plantações de eucalipto.

Por que eucalipto transgênico? Nos Estados Unidos, a principal razão para o desenvolvimento do eucalipto transgênico é a biomassa, ou seja, para queimá-los e produzir eletricidade. Alguns também serão digeridos para fazer biocombustíveis líquidos. A empresa-matriz da ArborGen, a Rubicon, projeta vendas de meio bilhão de mudas de eucalipto transgênico a cada ano para plantações de bioenergia em todo o sul dos Estados Unidos.

No Reino Unido, as usinas a carvão estão sendo convertidas para queimar madeira. Grande parte da madeira que elas vão queimar será importada dos Estados Unidos e de outros países. Florestas e comunidades estão sendo ameaçadas por esquemas voltados a transformar a madeira em eletricidade, tendo como pretexto a “energia renovável”.

Mas a demanda rapidamente crescente pela chamada “bioenergia” já está impulsionando uma imensa concentração global de terras à medida que as comunidades são expulsas de suas terras para dar lugar a plantações de dendê, pinhão manso, soja ou outras monoculturas. Acrescentando-se plantações de

eucalipto transgênico para fazer bioenergia à base de madeira, essa concentração só irá se intensificar, ameaçando algumas das últimas florestas e comunidades dependentes da floresta. Ela deve ser interrompida.

Neste mês de maio, estaremos enfrentando a indústria de árvores transgênicas na *Tree Biotechnology 2013 Conference*, em Asheville, Carolina do Norte, no final do mês. Este é um encontro bianual global de pesquisadores, representantes da indústria e estudantes que se reúnem para promover a biotecnologia em árvores. Estamos organizando uma série de protestos, oficinas, entrevistas coletivas e outros eventos para conscientizar amplamente a opinião pública sobre os perigos de árvores transgênicas e lembrar aos pesquisadores de que há oposição pública generalizada a suas perigosas pesquisas.

Para saber mais sobre a campanha e assinar como organização o nosso apelo por uma proibição global da liberação de árvores transgênicas no meio ambiente, acesse: <http://nogetrees.org>

Anne Petermann, Global Justice Ecology Project, [globalecology@gmavt.net](mailto:globalecology@gmavt.net),  
<http://globaljusticeecology.org>

Veja também os comentários enviados pelo WRM às autoridades americanas para não liberar o eucalipto transgênico tolerante ao congelamento (veja [http://www.wrm.org.uy/subjects/GMTrees/Comment by the WRM on the Petition ArborGenhtml.html](http://www.wrm.org.uy/subjects/GMTrees/Comment%20by%20the%20WRM%20on%20the%20Petition%20ArborGenhtml.html))

[Início](#)

---

## POVOS EM AÇÃO

### - Rede por uma “África livre de REDD ”

Indignado com a concentração de terras e o neocolonialismo galopantes do REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal), participantes africanos do Fórum Social Mundial, na Tunísia, tomaram a decisão histórica de lançar a rede *No REDD in Africa* e se unir ao movimento mundial contra o REDD.

“O REDD já não é apenas uma solução falsa, e sim uma nova forma de colonialismo”, denunciou Nnimmo Bassey, Prêmio Nobel Alternativo, ex-diretor executivo da ERA/Amigos da Terra Nigéria. “Na África, o REDD+ está surgindo como uma nova forma de colonialismo, subjugação econômica e estímulo a uma concentração de terras tão grande que pode constituir uma concentração continental. Lançamos a Rede por uma África Livre de REDD para defender o continente do colonialismo do carbono”.

No documento-quadro UN-REDD, a própria Organização das Nações Unidas admite que o REDD poderia resultar em “trancamento das florestas”, “perda de terras” e “novos riscos para os pobres.”

No início, o REDD incluía apenas florestas, mas seu alcance foi ampliado a solos e agricultura. Em uma sessão de debates no Fórum Social Mundial de Túnis, membros da Via Campesina, o maior movimento camponês do mundo, mostraram preocupação com que os projetos de REDD na África pudessem ameaçar a segurança alimentar e acabar causando fome.

[Início](#)

---



## **- Planos de conversão de carvão para queimar biomassa só substituem um desastre por outro**

As grandes plantas de queima de carvão no Reino Unido e em outros lugares estão tentando contornar os novos regulamentos de dióxido de enxofre da UE que as obrigam a fechar. A DRAX, a maior usina de carvão do Reino Unido, pretende converter metade de suas instalações para queimar granulados de madeira no lugar do carvão, recebendo, assim, subsídios pelo que é classificado e apoiado generosamente como “energia renovável”.

Os planos da DRAX exigiriam queimar granulados de quase 16 milhões de toneladas métricas verdes de madeira por ano, e outras instalações do Reino Unido (Tilbury B, Ironbridge, Drax, Eggborough, Alcan Lynemouth) estão seguindo esse curso, que, no total, queimaria granulados fabricados a partir de cerca de 50 milhões toneladas métricas verdes por ano. Quase toda essa madeira seria importada, uma vez que a colheita total nacional de madeira do Reino Unido, para todos os propósitos, é de apenas cerca de 10 milhões de toneladas métricas verdes por ano. Esas empresas estão buscando fontes de madeira de todo o mundo, colocando cada vez mais em risco o futuro das florestas.

Organizada pela Biofuelwatch, com o apoio de 16 outros grupos, uma manifestação e uma passeata em frente à assembleia geral anual da DraxPlc, no Grocers’ Hall, em Londres, no último 24 de abril, destacaram os impactos dos planos da usina de energia Drax, para converter metade de sua capacidade de geração a biomassa, em termos de aumento do desmatamento, concentração de terras e emissões de carbono (<http://www.biofuelwatch.org.uk/2013/drax-agm-targeted-over-biomass-conversion-plans/>).

Além disso, 48 organizações e redes de fora do Reino Unido, em todo o mundo, assinaram a Carta Aberta Converter usinas de carvão para queimar biomassa apenas substitui um desastre por outro (<http://www.biofuelwatch.org.uk/wp-content/uploads/DRAX-AGM-signon.pdf>) exigindo que a “DRAX e outras empresas de energia do Reino Unido interrompam seus planos de conversão e que o governo do Reino Unido reverta o curso para evitar impactos catastróficos sobre as florestas, o clima e as pessoas”.

Início

---

## **- Repressão e morte por resistência à mineração na Guatemala**

No último dia 17 de março, vários integrantes da Junta Comunal do Governo Indígena da Comunidade Montaña, de Santa María Xalapán, localizada no sudeste da Guatemala, no Município de San Rafael Las Flores, foram sequestrados e, na manhã seguinte, soube-se que o sr. Exactación Marcos Ucelo havia sido assassinado. Um dos sobreviventes declarou que “o acusavam de se opor à mineração e que o matariam”.

Essa situação agravou ainda mais a já difícil situação vivida na comunidade que, há cinco anos, trava uma luta em defesa de seu território e contra a mineração, luta que as feministas da comunidade iniciaram para dar visibilidade à situação da mineração no departamento de Jalapa e como parte da luta histórica de recuperação de seu território (ver, no Youtube, “Martes Negro en San Rafael”, <http://www.youtube.com/watch?v=je9XLpbvDY>)

A Rede Latino-americana de Mulheres Defensoras de Direitos Sociais e Ambientais (<http://www.redlatinoamericanademujeres.org/>) se solidariza com as integrantes da Nación Xinka Feministas Comunitárias AMISMAXAJ (Associação de Mulheres Indígenas de Santa María Xalapán, Jalapa, Guatemala)

e convida a todas as organizações nacionais e internacionais para que se somem a esta luta.

Início

---

### **- Plantações de dendê e cana-de-açúcar “tomaram” um rio na Guatemala**

O rio Bolas, em Champerico, Guatemala, havia desaparecido por completo, sendo desviado y represado para benefício de plantações de dendê e cana-de-açúcar.

A falta de água do rio, que desemboca em zonas úmidas e manguezais de Champarico, afeta aos ecossistemas e às comunidades da zona, os quais reagiram manifestando-se contra essa “tomada” do rio e criando uma comissão para verificar os problemas.

Em 9 de abril, comunidades de Champerico, junto a autoridades locais, identificaram o lugar onde haviam desviado o rio Bolas: uma represa fora construída na propriedade La Virgen, com plantações de dendê e cana-de-açúcar. A seguir, a comitiva liberou o rio e abriu parte da represa.

As comunidades conseguiram que o rio voltasse a seu leito.

Informação enviada por Carlos Salvatierra, Secretário da Rede Mangue Internacional, email: [salvatierraleal@gmail.com](mailto:salvatierraleal@gmail.com)>

Início

---

### **- Amazônia: ofensiva militar sobre território do Povo Munduruku para construção de megarrepresa**

A rede brasileira Fórum da Amazônia Oriental (FAOR) emitiu no mês de abril um comunicado público de apoio ao povo Munduruku, diante da recente invasão de suas terras localizadas no Médio Tapajós, Itaituba.

Nesse território indígena, projeta-se construir o Complexo Hidrelétrico Tapajós, contra o qual os caciques mundurukus já se pronunciaram em várias ocasiões. No fim do último mês de março, o governo federal, querendo garantir a realização dos estudos para viabilizar a construção de 30 usinas hidrelétricas na bacia do rio Tapajós, enviou efetivos policiais e militares armados, no que se denominou “Operação Tapajós”.

A FAOR denuncia a atitude negligente do governo, o Congresso Nacional e o Poder Judiciário brasileiros diante de acordos internacionais assinados, como a Convenção 169 da OIT sobre os direitos dos povos indígenas, e exige a retirada imediata das tropas federais, bem como a suspensão dos estudos destinados a facilitar a construção do megaempreendimento.

Munduruku e Tapajós: Quem defende um luta pelo outro!, <http://faor.org.br/?noticiald=1003>

Início

---

## RECOMENDADOS

- **“Quick-fix’ development gives away more than it gets back”**. Samuel Nguiffo, do Centro para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CED), em Yaounde, Camarões, apresenta uma visão geral da concentração de terras na África a partir de uma perspectiva de base. Em <http://www.palmwatchafrica.org/land-giveaways-quick-fix-development/>

[Início](#)

---

- **“Special Focus: REDD+”**, um blog dedicado a artigos acadêmicos sobre REDD, com enfoque crítico elaborado por Tracey Osbourne, professor de Ecologia Política na Universidade do Arizona. Em [ppel.arizona.edu](http://ppel.arizona.edu)

[Início](#)

---

- **“EJOLT Environmental Justice Project updates”**, abril de 2013. Em <http://us2.campaign-archive2.com/?u=19d3da1852472c315fcece5dd&id=1853241149&e=e8c7b5f4d4>

[Início](#)

---

- **“Land concentration, land grabbing and people’s struggles in Europe”**, novo relatório da Coordenação Europeia Via Campesina e rede Hands off the Land, mostra que a concentração de terras e o acesso à terra são questões críticas hoje na Europa, e também revela que o regime de subsídio da Política Agrícola Comum (PAC) e outras políticas estão relacionados a nisso de várias maneiras. Em [http://www.eurovia.org/IMG/pdf/Land\\_in\\_Europe.pdf](http://www.eurovia.org/IMG/pdf/Land_in_Europe.pdf)

[Início](#)

---

